

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Jornal de Brasília*

Class.: 161

Data: 29.04.90

Pg.: _____

PF começa quarta-feira explosão de pistas ilegais

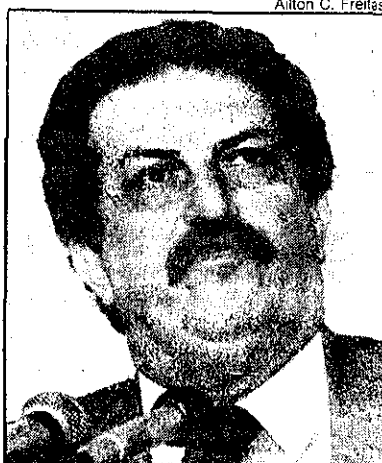
Pontualmente às 8h00 da manhã da próxima quarta-feira, numa operação inédita, o Governo Federal estará dando o primeiro passo concreto, como determina a Constituição de 1988, no sentido de garantir aos aproximadamente seis mil índios yanomami que habitam no Estado de Roraima, localizado no extremo Norte do País, em plena floresta amazônica, melhores condições de sobrevivência. Neste dia, com a participação de vários órgãos oficiais, será explodida a pista de Baiano Formiga, uma das maiores das 110 pistas de pouso clandestinas utilizadas por garimpeiros que exploravam, até há bem pouco tempo, ouro e outros metais preciosos em terras indígenas.

Inclusive, segundo o diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, as pistas de pouso serviam de apoio ao tráfico de cocaína do Cartel de Medellín.

A decisão sobre a dinamitação das pistas clandestinas foi tomada pelo presidente Fernando Collor durante visita a Roraima no dia 24 de março passado. A pista visitada pelo presidente foi a de Jeremias, e ele ficou impressionado com a devastação de sete quilômetros da floresta em decorrência da atividade garimpeira. Quinta-feira, Collor aprovou, integralmente, o plano de destruição de pistas irregulares, que lhe foi apresentado pelo chefe do gabinete militar da Presidência da República, general Agenor Homem de Carvalho.

Conclusão

As autoridades do governo chegaram à conclusão de que apenas a retirada dos 20 mil garimpeiros das reservas yanomami, iniciada no mês de janeiro — numa operação que envolveu 250 pessoas e três mil horas de voo, num período de



Tuma, diretor-geral do DPF

80 dias —, não seria suficiente para conter a invasão de homens brancos e decidiram por uma ação que tivesse caráter mais abrangente e efetivo: explodir as pistas de pouso e assegurar aos índios uma vida livre sem a presença prejudicial dos garimpeiros.

A operação de destruição das pistas custará Cr\$ 41 milhões e continuará até 18 de maio, estando prevista a explosão de 12 pistas. Após o dia 18, o cronograma de trabalho será desenvolvido com a destruição, através de meios mecânicos, das outras 98 pistas menos expressivas, dentro das possibilidades ditadas pelo clima.

Segundo o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Ailton Alcântara Gomes, serão utilizados 170 quilos de dinamite na destruição de cada pista. Serão abertos em cada uma delas em torno de 40 buracos, onde serão colocados os explosivos, sendo que, cada um deles, terá dois metros e 60 centímetros, onde serão colocadas quatro bananas de dinamite. O resultado da explosão, que acontecerá

de maneira simultânea, provocará crateras de quatro metros de diâmetro, por um metro e 20 centímetros de profundidade. A responsabilidade pelas explosões é do Exército que encarregou uma empresa paranaense para realizar esta parte da operação.

São as seguintes as 12 pistas que serão dinamitadas a partir desta quarta-feira: Baiano Formiga, Pau Grosso, Expedito, Jeremias, Chico Ceará, Caveira III, Rangel, Xiriana, Majestade, Castelo II, Bandeirantes e Rainha do Inaja. Para que a Funai continue prestando serviço aos yanomami, serão preservadas as pistas de pouso de Paapiú e Surucucu, esta última a poucos quilômetros da fronteira com a Venezuela, onde a Funai tem um posto indígena e o Exército mantém, um pelotão especial de fronteiras.

Precisão

Só recentemente a Funai teve condições de saber, com mais precisão, o número de pistas clandestinas construídas nas áreas yanomami para servir aos garimpeiros e, até mesmo, como suspeitam alguns técnicos da Funai e da PF, para facilitar o tráfico de entorpecentes.

Até junho de 1989, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) apontava para a existência de apenas 73 pistas. Em janeiro passado, durante a operação de retirada dos garimpeiros, batizada pela Polícia Federal de "Operação Selva Livre", a Funai e a PF constataram que o número de pistas havia aumentado significativamente.

Segundo o secretário-adjunto do Meio Ambiente professor Altino Berthier Brasil, a própria Floresta Amazônica se encarregará de fechar as clareiras abertas pelos explosivos.